

FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS AMAZÔNICAS E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

João Paulo Leão de Carvalho¹
Luís Mauro Santos Silva²

RESUMO

Presencia-se na Amazônia um processo caracterizado por diversos espaços de políticas e projetos que se ocupam com o Desenvolvimento Rural Sustentável. Como resultado, várias famílias agroextrativistas amazônicas estão envolvidas em ações institucionais que buscam realçar valores tradicionais, preservação e conservação do meio natural. Através de um estudo de caso na Comunidade Boa Esperança, Ilha do Marajó, buscou-se refletir sobre a relação de famílias agroextrativistas amazônicas e ações de Desenvolvimento Rural Sustentável. Considera-se que essas famílias estão direcionando suas atividades para consolidação de sistemas de produção com base nas características locais. No entanto, as ações incentivadas pelas instituições de desenvolvimento, baseadas na razão técnica, orientam para a especialização da produção, principalmente, no caso dos açaizais nativos. Esse fato demonstra que a autonomia dessas famílias está em momento de conflito com sua forma diversificada e mais dependente do meio natural.

Palavras-chave: autonomia, extensão rural, sustentabilidade.

¹Graduado em Agronomia (UFRA). Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UFPA). Assessor Territorial de Inclusão Produtiva no Marajó (NEDET/UFPA). Email: jpmarajo@gmail.com

²Graduado em Agronomia (UFAM). Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UFPA). Doutorado em Ciências (UFPEL). Docente-pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: lmsilva2012@gmail.com

AGRO-EXTRACTIVES' AMAZONIAN FAMILIES AND ACTIONS OF SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

Witness in the Amazon a process characterized by several areas of policies and projects dealing with the Sustainable Rural Development. As a result, several Amazonian agro-extractives' families are involved in institutional actions that seek to enhance the traditional values, the preservation and conservation of the natural environment. Through a case study in the Community Boa Esperança, island of Marajó, we reflected on the relationship of Amazonian agro-extractives' families and actions for Sustainable Rural Development. We believe that these families are directing their activities to consolidate production systems based on local characteristics. However, the actions encouraged by development agencies, based on technical grounds, guide to the specialization of the production, especially in the case of native Açai's areas. This fact demonstrates that the autonomy of these families is in a moment of conflict with its diverse and more dependent form of the natural environment.

Keywords: Autonomy, rural extension, sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar pode ser compreendida como uma expressão que generaliza diversas formas sociais que envolvem lógicas familiares de produção, que na Amazônia podem ser representadas pelas populações de base extrativista, sendo essa uma das formas particulares e forjadas nas peculiaridades ambientais locais. Uma característica significativa dessas formas sociais é a capacidade de se adaptar a contextos socioeconômicos diferenciados, que a obriga a realizar profundas transformações no seu modo de produzir e de viver (WANDERLEY, 1996). De maneira ideal, compreende-se que a agricultura familiar está baseada em sistemas de produção diversificados, integrados entre si e cada vez mais aperfeiçoados na tentativa de enfrentar contextos socioeconômicos e ambientais instáveis (SILVA, 2008). Com estas particularidades, a agricultura familiar pode enfrentar diversos contextos hostis e lutar por autonomia e sustentabilidade (PLOEG, 2008).

As lógicas tradicionais da Amazônia, historicamente, se envolvem com contextos globais diferenciados, que terminam por influenciar a economia familiar das mesmas. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, as intervenções na Amazônia criaram um forte mercado que possibilitou a conexão de produtos extraídos na floresta com o exterior, por exemplo, através das “drogas do sertão” e da borracha. Mesmo que as necessidades mundiais por esses produtos amazônicos conduzissem à especialização produtiva, as lógicas tradicionais amazônicas também voltavam suas atividades diretamente para a reprodução social da família através da diversificação da produção (COSTA, 2012).

Uma noção que impossibilita compreender melhor as agriculturas familiares é a concepção racional presente na sociedade, que tem como marca a lógica da escala de produção industrial. Essa razão técnica tem sido encarada como única via para o desenvolvimento da sociedade mundial. Com isso, o conhecimento empírico

das lógicas familiares é pormenorizado diante do conhecimento de regras, leis e fórmulas. Para Gonçalves (2011), isso remete a temporalidade natural, à qual as lógicas familiares estão forçadas, a um segundo plano.

No atual contexto, a região amazônica assiste certos processos de mudança, sem, no entanto, reconhecer as diferentes formas de vida tradicionais que conformam o espaço através de suas territorialidades. Com os sinais de fracasso do modelo desenvolvimentista na Amazônia (desde a década de 1980), começam a surgir outras concepções de desenvolvimento regional, fruto da ação de movimentos sociais e ambientalistas. Esterci e Schweickardt (2010) afirmam que atualmente se demanda um novo processo caracterizado por diversos espaços de políticas e projetos que se ocupam com um desenvolvimento mais adaptado ao local e, portanto, dito mais sustentável. Com isso, várias famílias agroextrativistas amazônicas estão envolvidas em ações institucionais que buscam realçar valores tradicionais, preservação e conservação do meio natural. Essas famílias apontam para um cenário de mudanças socioeconômicas e nas suas relações mais horizontais para com a natureza amazônica.

Nota-se que a autonomia das famílias tradicionais das Ilhas tem apresentado certa controvérsia em relação à sua especificidade. Esta contradição é manifestada na intensificação produtiva em culturas rentáveis de aceitação no mercado, recorrendo à especialização, especialmente do manejo de açaí nativo (*Euterpe oleracea* Mart.), ao invés de uma produção diversificada para o autoconsumo familiar.

Com o objetivo de refletir sobre a relação entre famílias agroextrativistas e ações na busca de um Desenvolvimento Rural Sustentável, apresentamos um estudo de caso no Arquipélago do Marajó.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

As análises foram baseadas em um estudo de caso realizado na Comunidade Boa Esperança, Curralinho, Marajó, Pará, fruto de uma dissertação de mestrado (CARVALHO, 2013). Essa Comunidade se destaca, a nível municipal, no volume de intervenções de Políticas Agrícolas e Agrárias recebidas nos últimos anos por meio de instituições governamentais e ONGs, que voltam suas ações ao provimento do Desenvolvimento Rural Sustentável. Entre essas ações, mencionamos a atual Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o acesso ao PRONAF e capacitações tecnológicas de manejo de açaí nativo.

Com base nos trabalhos de Resque (2012) e Silva (2008), e após uma caracterização do local, foi adaptada ao contexto estudado uma ferramenta de avaliação da sustentabilidade em agro ecossistemas familiares, o MESMIS³. Com isso, refletiu-se sobre dez (10) indicadores compostos da sustentabilidade multidimensional (ambiental, social e técnico-econômico) (Quadro 1) que auxiliou na observação do panorama das famílias que têm recebido ações de instituições de Desenvolvimento Rural. Baseando-se nas observações em campo, cada indicador recebeu ponderação relativa à sua importância para a pesquisa.

³A metodologia de avaliação da sustentabilidade, MESMIS, é uma ferramenta útil na operacionalização do conceito da sustentabilidade, clareando e reforçando a discussão teórica sobre a temática. Além de recomendar técnicas e elaborações de políticas com abordagens sustentáveis, tem sido capaz de formar quadros profissionais com novo enfoque sobre a multidimensionalidade do desenvolvimento (MASERA et al., 2008). Esses autores afirmam que a MESMIS oferece uma reflexão crítica do processo de análise da ferramenta. Busca-se através dessa metodologia entender de forma integral os limites e as possibilidades para a sustentabilidade em agro ecossistemas familiares.

Quadro 1 – Indicadores da sustentabilidade multidimensional utilizado na Comunidade Boa Esperança, Curralinho, Pará.

(continua)

Dimensão	Indicador	Peso	Escala de Avaliação			Atributo
			Baixo	Regular	Alto	
AMBIENTAL (03/10)	a) Manutenção da diversidade natural	(05/10)	<5	5	>5	Adaptabilidade e Produtividade
	a.1) Manutenção da vegetação natural	(07/10)	<0,5	0,5 – 0,8	>0,8	
	a.2) Manutenção da fauna local	(03/10)	Ruim	Razoável	Boa	
	b) Manutenção da diversidade produtiva	(04/10)	<5	5	>5	
	b.1) Diversidade de espécie/atividade	(06/10)	Açaizal/roça em monocultivo	Açaizal/roça em monocultivo	Açaizal/ roça diversificado	
	b.2) Diversidade de atividade produtiva	(04/10)	2 atividades	3 atividades	>3 atividades	
	c) Limitações imposta ao meio	(01/10)	<5	5	>5	Equidade e Produtividade
	c.1) Uso de insumos químicos	(01/10)	Constante	Esporádico	Não usa	
	c.2) Lixo	(04/10)	S/ coleta	Algum tipo de coleta	Constante coleta	
	c.3) Erosão visível	(01/10)	Severa	Esporádica	Não	
c.4) Qualidade da água	(04/10)	Imprópria	Razoável	Boa		
SOCIAL (03/10)	d) Qualidade de vida	(05/10)	<5	5	>5	Equidade e Estabilidade Dinâmica
	d.1) Acesso a serviços públicos de saúde	(02/10)	Ruim	Razoável	Bom	
	d.2) Acesso a serviços públicos de educação	(02/10)	Ruim	Razoável	Bom	
	d.3) Acesso à política de regularização fundiária	(02/10)	Ruim	Razoável	Bom	
	d.4) Situação da saúde familiar	(03/10)	Adoece frequentemente	Algumas vezes	Adoece raramente	
	d.5) Violência social na comunidade	(01/10)	Ruim	Razoável	Bom	
	e) Nível de organização	(02/10)	<5	5	>5	Estabilidade Dinâmica e Autonomia
	e.1) Participação em Organizações	(06/10)	Nenhuma	Passiva	Ativa	
	e.2) Participação nas decisões coletivas	(03/10)	Nenhuma	Raramente	Sempre	
	e.3) Acesso a informações	(01/10)	Nenhum	Esporádico	Constante	
	f) Capacidade de trabalho familiar	(03/10)	<5	5	>5	Equidade, Autonomia e Produtividade
	f.1) Contratação de mão de obra	(03/10)	Sempre	Esporádico	Não	
	f.2) Trabalho fora do lote	(02/10)	Sempre	Esporádico	Não	
	f.3) Descanso e lazer	(01/10)	Não	Domingos	Sábados e Domingos	
f.4) Capacidade de cobrir demanda interna	(04/10)	Baixa	Média	Boa		

Continua...

Quadro 1 – Indicadores da sustentabilidade multidimensional utilizado na Comunidade Boa Esperança, Curralinho, Pará.

(Continuação)

Dimensão	Indicador	Peso	Escala de Avaliação			Atributo
			Baixo	Regular	Alto	
TÉCNICO-ECONÔMICA (03/10)	g) <i>Performance</i> da economia familiar	(04/10)	<5	5	>5	Autonomia, Equidade e Produtividade
	g.1) Renda familiar <i>per capita</i>	(02/10)	<0,5	0,5 – 0,75	>0,75	
	g.2) Importância das atividades produtivas	(02/10)	<0,3	0,3 – 0,5	>0,5	
	g.3) Importância do autoconsumo	(01/10)	<0,5	0,5 – 0,7	>0,7	
	g.4) Tamanho do patrimônio familiar	(03/10)	<0,5	0,5 – 0,7	>0,7	
	g.5) Outras rendas	(02/10)	>0,5	0,3 – 0,5	<0,3	
	h) Endividamento familiar	(01/10)	<5	5	>5	Autonomia e Estabilidade
	h.1) Dívidas de crédito oficial	(04/10)	>10% da renda familiar	Até 10%	S/ dívidas	
	h.2) Dívidas locais	(03/10)	>10% da renda familiar	Até 10%	S/ dívidas	
	h.3) Crédito consignado	(03/10)	>10% da renda familiar	Até 10%	S/ dívidas	Produtividade e Autonomia
	i) Eficiência do manejo	(02/10)	<5	5	>5	
	i.1) Rendimento físico médio	(05/10)	Baixo	Médio	Alto	
	i.2) Perda de rendimento físico	(02/10)	Alto	Baixo	Nenhum	
	i.3) Domínio do manejo	(03/10)	Ruim	Razoável	Bom	
	j) Estratégia de comercialização	(03/10)	<5	5	>5	
	j.1) Sazonalidade	(01/10)	Não comercializa	Esporádico	Sempre	Produtividade, Autonomia e Adaptabilidade
	j.2) Associativismo	(03/10)	Não utiliza	Esporádico	Bom	
	j.3) Conhecimento de mercado	(02/10)	Pouco	Razoável	Bom	
	j.4) Canais de comercialização	(04/10)	1	2	>2	

Fonte: Carvalho e Silva (2013).

Dessa forma, foram analisados dezenove agro ecossistemas familiares na Comunidade Boa Esperança, alcançando em torno de 45% das famílias residentes no local. As informações foram coletadas junto às famílias agroextrativistas envolvidas neste estudo.

Observando ainda algumas características que podem contribuir para estudos das lógicas familiares de produção, como: (i) as trajetórias de vida e conhecimentos acumulados pelas famílias; (ii) acesso ao meio socioeconômico; (iii) capacidade de investimento; e (iv) capacidade de trabalho familiar, identificou-se na Comunidade Boa Esperança duas lógicas agroextrativistas no atual cenário das famílias (CARVALHO; SILVA, 2015). Assim, uma lógica ainda apresenta fortes elementos extrativistas característicos das regiões das ilhas, priorizando o consumo doméstico. A outra lógica, além de desenvolver o extrativismo, está investindo em sistemas de produção voltados ao atendimento do mercado.

Diante do contexto de políticas de Desenvolvimento Rural, e por meio da identificação de duas lógicas familiares de produção, foi possível refletir sobre o atual estado da sustentabilidade na Comunidade Boa Esperança (Figura 1).

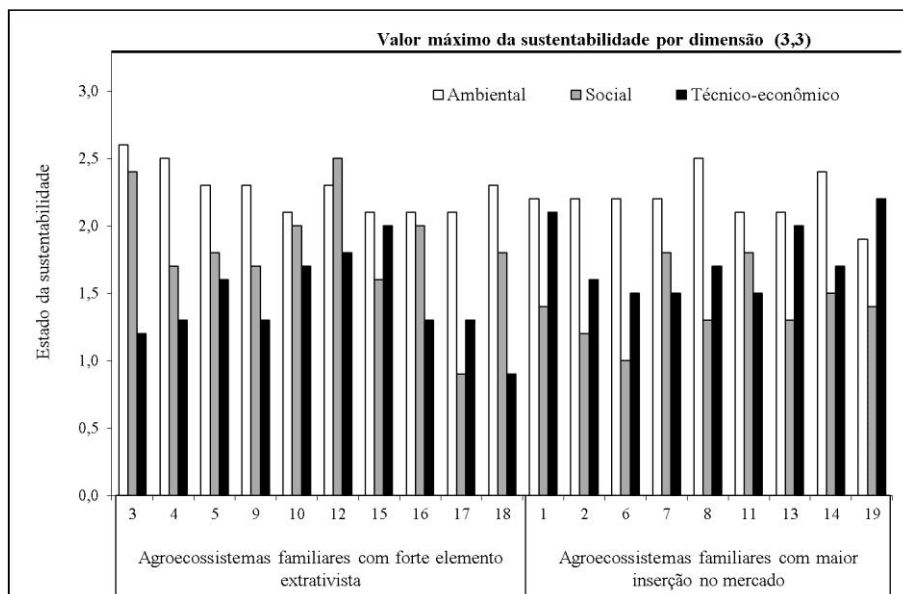


Figura 1 – Estado da sustentabilidade de agro ecossistemas familiares na Comunidade Boa Esperança, Curralinho, Pará.

Fonte: Carvalho e Silva (2015).

As discussões deste trabalho basearam-se nas análises das duas lógicas identificadas, e na utilização da ferramenta MESMIS que possibilitou a observação do atual estado da sustentabilidade na Comunidade Boa Esperança.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. A agricultura tradicional das ilhas e o envolvimento com contextos socioeconômicos

O termo “Agricultura Familiar” pode ser compreendido como uma expressão que generaliza diversas formas sociais que envolvem lógicas familiares de produção (WANDERLEY, 1996). A agricultura familiar tradicional, que na Amazônia pode ser representada pelas populações de base extrativista, é uma das formas particulares desse termo. Uma característica significativa dessas formações sociais é a sua relação com a sociedade mais geral. A agricultura familiar tradicional possui capacidade de adaptar-se a contextos socioeconômicos diferenciados, a exemplo dos contextos globalizados, que a obrigam transformar profundamente o modo de produzir e de viver dessas formas sociais. Todavia, tais transformações podem não implicar em ruptura total e definitiva com a sua forma anterior.

Ainda na tentativa de esclarecer o conceito de Agricultura Familiar, a autora acima aponta para uma particularidade: a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e empregadora da mão de obra no estabelecimento agrícola. A partir dessas considerações entende-se que as lógicas familiares de produção se diferenciam entre si pelos objetivos da atividade econômica, experiência histórica social e a forma de inserção na sociedade mais geral.

Mesmo com adversidades, e em meio à dependência, assistimos ainda uma agricultura familiar que luta por autonomia e resiste aos contextos globalizantes (PLOEG, 2008). Para este autor, além dessa luta por autonomia e enfrentamento de contextos de dependência, os agricultores familiares criam e desenvolvem uma base de recursos autocontrolada e auto gerenciada, apresentando diversas formas de coprodução⁴ entre homem e natureza viva, realimentando-a e fomentando a autonomia, reduzindo, assim, a dependência. Buscam ainda interagir com mercados e outras inter-relações também por meio de atividades não agrícolas, promovendo a sobrevivência e perspectiva de futuro.

Não é de hoje o envolvimento de lógicas tradicionais das Ilhas da Amazônia com mercados globais que influenciam na economia familiar das mesmas. Sobre este aspecto, Costa (2012) diz que nos séculos XVIII e XIX as intervenções na Amazônia criaram um forte aparato comercial que permitia a troca de produtos coletados na floresta com a Europa – as “drogas do sertão” e, posteriormente, a borracha. Nesse período, se formou uma economia extrativista baseada em camponeses caboclos (originada da miscigenação entre índios e europeus), que praticavam agricultura e extrativismo em conjunto; e comerciantes regionais (regatões, marreteiros e aviadores) responsáveis pela circulação de mercadorias de origem florestal e industrializadas. Mesmo que as demandas do mercado da época exigissem especialização em algumas culturas, as lógicas tradicionais das Ilhas da Amazônia também voltavam suas atividades diretamente para a reprodução familiar através de estratégias diversificadas de produção.

Compreende-se, então, por meio de uma concepção ideal, que a Agricultura Familiar tradicional está historicamente baseada em sistemas de produção diversificados, integrados entre si (SILVA, 2008). Essas integrações são cada vez mais aperfeiçoadas na tentativa de enfrentar os contextos sociais e ambientais instáveis. Mas o cuidado com a reprodução diante de contextos instáveis não é a única inquietude. A preocupação com o horizonte futuro das gerações é uma condição nessas lógicas. Diante disso, Wanderley (1996) e Ploeg (2008) afirmam que o investimento atual da família agricultora é uma tentativa de garantir patrimônio sociomaterial para as próximas gerações.

O envolvimento com a sociedade industrial/produtivista tem promovido transformações significativas no modo tradicional de agricultura. O agricultor tradicional está se profissionalizando, e cada vez mais se assiste o fortalecimento na centralidade do mercado e na economia mais geral, adaptando-se ao atual e hegemônico contexto socioeconômico. Dessa forma, e diante da intenção de superar a precariedade estrutural que impede o desenvolvimento da produção e da vida social, os agricultores familiares tradicionais das Ilhas amazônicas têm procurado investir em atividades estáveis e rentáveis (COSTA, 2006; RESQUE, 2012), norteando-se por uma estratégia econômica que ocorre através de uma característica particular das lógicas familiares de produção: atividade mercantil e autoconsumo.

Nesse sentido, a autonomia dos agricultores tradicionais das Ilhas da Amazônia tem apresentada certa controvérsia em relação a sua especificidade: produção diversificada para o autoconsumo familiar. Ao contrário disso, de maneira geral, tem apontando para a intensificação produtiva em culturas rentáveis de aceitação no mercado. O que para Wanderley (1996) seria uma característica

⁴Esse termo faz referência ao processo de interação e transformação mútua entre homem e natureza viva. Os meios sociais e naturais passam por processos de configuração e reconfiguração, gerando maiores níveis de coprodução. Esse processo é fundamental para um distanciamento entre agricultura e artificialização da natureza. A coprodução favorece formas endógenas de desenvolvimento (PLOEG, 2008).

estratégica das lógicas familiares de produção para superar momentos de instabilidades socioeconômicas.

Como possibilidade de superar instabilidades corriqueiras na agricultura, de modo geral, assiste-se o advento da razão técnica para o domínio do meio natural. Entretanto, tal proposição surge dentro de um contexto que a viabilizou, merecendo melhor reflexão sobre esse tema.

3.2. A razão técnica não pode ser vista como um fim em si.

Durante o século XIX, a sociedade europeia desenvolveu significativa relação com a razão técnica, determinando-a como condição para o desenvolvimento das demais sociedades e expandindo-se pelo mundo. Entende-se razão técnica como forma de agir com objetivo de um fim imediato e eficaz. Ela remete-se à intervenção do homem na natureza (GONÇALVES, 2011).

A concepção racional que permanece na sociedade atual é marcada pelo produtivismo industrial, sendo que a razão técnica tem se tornado a única via para o progresso, trazendo consigo inovações tecnológicas e suas sucessões permanentes. Sua lógica é orientada sempre a produzir mais unidades físicas na mesma unidade de tempo. Então, a gerência científica planeja o trabalho através de instruções que coordenam a execução de determinadas atividades de produção, assim como indica os instrumentos utilizados. Dessa maneira, o empírico, tão forte nas lógicas familiares de produção, é pormenorizado diante do conhecimento de regras, leis e fórmulas. Ainda para o autor acima, a lógica produtivista, ou do capital, subordina a temporalidade natural, colocando-a em segundo plano. Por conta da concorrência capitalista, esta lógica industrial não pode ficar dependente do tempo natural, assim a finalidade dessa lógica é o controle sobre as sociedades e a natureza.

Para um significativo e histórico exemplo do uso de técnicas e seus objetivos indica-se a "Revolução Verde" e suas intenções de superação da pobreza e da fome no mundo. Este processo tomou como base o princípio da manipulação da produção vegetal e animal, ou seja, das técnicas de manejo do meio natural. Todavia, segundo Ehlers (1999), a "Revolução Verde" foi causadora de mais concentrações de terras e expropriação de agricultores familiares, processos migratórios para centros urbanos, desemprego, aprofundando problemas socioeconômicos.

Diante da atual crise social e ecológica, a academia geralmente tem assumido o papel de afirmação do modelo de agricultura convencional, validado com a Revolução Verde. Dessa maneira, faz o ajuste desse modelo para solução dos problemas socioeconômicos e ambientais. Assim, reafirma o produtivismo como pensamento dominante, deixando de lado a possibilidade de uma revisão acadêmica, o que, para Moreira e Carmo (2004), já deveria estar sendo colocada em prática.

A técnica, entendida como um meio utilizado para alcançar um fim, não pode ser vista independente do contexto político que a criou, nem como um fim em si. Concorde-se com Gonçalves (2011) ao dizer que ela é incapaz de resolver todos os problemas da humanidade. As soluções são mais de opção política. Não técnica!

3.3. Contextos amazônicos de gestão territorial

A região amazônica, nos meados do século XX, era caracterizada como isolada em relação às demais regiões brasileiras, não só fisicamente como economicamente. Pensou-se então em transformar esse espaço em potencial

“celeiro agrícola” através do controle da natureza - com a ajuda da gerência técnica-científica - para fins do desenvolvimento econômico na região. Isto provocou sérios problemas socioeconômicos e ambientais, pois se tentou desenvolver atividades não compatíveis com as características dos ecossistemas locais.

Ressaltando sobre os processos históricos macroeconômicos na região amazônica, Costa (1992) relembra das missões jesuíticas e o trabalho indígena (século XVI – XVIII); o período colonial e o mercado do cacau (século XVIII – XIX); o período áureo da borracha como ápice da economia na Amazônia (século XIX – XX); até se chegar ao período em que grandes empresas tiveram apoio para desenvolver a agropecuária e o setor madeireiro (a partir de meados do século XX), vistos como única via de dominar o ambiente complexo. Para o autor, o que sempre se preconizou foi a tentativa de sobrepor o ideal agrícola sobre as realidades extrativistas locais. Intentou-se então formar o setor agropecuário moderno na Amazônia para substituir as formas familiares extrativistas e da agricultura camponesa de fronteira. Mesmo com incentivos fiscais e da grande eficiência técnica das empresas, não se tornou possível controlar os elementos naturais do ambiente amazônico. O fracasso foi inevitável.

Esse modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado incentivou o uso intensivo do meio natural (floresta, solo, água) por meio de políticas agropecuárias de grande escala, determinando avanços sobre as áreas de fronteiras. Além de procurar reestruturar a combalida economia mundial (período pós 2º Guerra Mundial), esse estilo de desenvolvimento pretendia ser a “chave modernizadora universal” (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010), preconizando o domínio sobre o meio natural. Dessa forma, as sociedades ditas “atrasadas” passariam pelo processo de “civilização”. Particularmente no Brasil, esse modelo proporcionou na década de 1970 o chamado “Milagre Econômico”. Mediante essas concepções o Estado era incapaz de compreender outro significado sobre uso e posse do espaço físico regional. Porém, atualmente, certas ações parecem apontar algumas mudanças.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Costa (1992) diz surgir na Amazônia a influência do pensamento ecológico, ressaltando uma ideologia extrativista, a qual o autor chama de “ecologismo”. Com a pressão da opinião pública internacional, o Governo Brasileiro, de forma embaraçada, procurou seguir à risca as orientações ambientais exteriores, perseguindo ações de desmatamento⁵ sem considerar os objetivos e quais lógicas produtivas estavam envolvidas. O “ecologismo” na Amazônia ganhou notoriedade, principalmente quando se discutiram os problemas ambientais durante a ECO-92. Dessa forma, o Governo Brasileiro recebeu diversos elogios internacionais por possuir uma política ambiental coerente com o progresso. Porém, penalizou o modo de produzir e viver de populações tradicionais que se utilizam do uso da floresta e do fogo para manutenção familiar.

Na década de 1980, o modelo desenvolvimentista incentivado desde a década de 1950 na Amazônia já indicava sinais de fracasso; desflorestamento, migrações, conflitos. Nesse sentido, as preocupações sobre o futuro socioambiental amazônico passaram a ter atenção mundial. Nos fins da década de 1980 e início dos anos de 1990, começaram a surgir, aparentemente, outras concepções de desenvolvimento regional, fruto da ação de movimentos sociais e ambientalistas.

⁵Em 1989 foi institucionalizado o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), com função de policial e poderes para reprimir as extrações de madeira. Esse órgão ganhou poderes para liberar ou não projetos de créditos, passando a diminuir os volumes para o setor agropecuário, por se tratar de uma atividade que provoca desmatamento.

Assim, juntamente com a criação de Projetos de Assentamentos (PA's) e reconhecimento de terras indígenas, o reconhecimento de terras quilombolas e criação de Unidades de Conservação (UC's) são marcos que tentaram configurar outra relação do Estado Nacional com a concepção de territórios específicos.

Autoras como Esterci e Schweickardt (2010) afirmam que no atual contexto amazônico presencia-se um processo de “ambientalização” da gestão territorial caracterizado por diversos espaços de políticas e projetos que se ocupam com o desenvolvimento sustentável. Com isso, as territorialidades estão promovendo certa regionalização da política pública nacional. Através de uma série de movimentos sociais e ambientalistas, reformularam-se concepções de desenvolvimento que até então se apresentavam como hegemônicas. Assim, segundo as autoras, o panorama da geopolítica na Amazônia passa da “fronteira agrícola”, pautada na exploração devastadora do meio natural, para a “fronteira de preservação da biodiversidade”. Com isso, várias famílias agroextrativistas estão envolvidas em ações institucionais que buscam realçar valores tradicionais, preservação e conservação do meio natural.

O atual contexto na região amazônica aponta, aparentemente, para certos avanços do Estado Nacional. Entretanto, ainda não reconhece os diferentes modos de vida tradicionais que conformam o espaço através de suas territorialidades. Esses modos de vida se remetem ao modo tradicional de agricultura, baseados na economia familiar. As famílias agroextrativistas amazônicas apontam para um cenário de mudanças socioeconômicas e na relação com o meio natural, incentivadas por essas ações institucionais. Entretanto, tais ações se mostram ainda bastante tímidas para apontar de fato mudanças significativas ao desenvolvimento regional. É necessário compreender melhor as lógicas familiares regionais para então propor ações que contribuam com o desenvolvimento endógeno da agricultura familiar amazônica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A recente reconstrução histórica da comunidade boa esperança

A Comunidade Boa Esperança está localizada no rio Pagão, município de Curralinho, Marajó, Pará (Figura 2). A forma de acesso à Comunidade se dá através do rio Canaticu, percorrendo-se a distância de 16 km a partir da sede municipal. O rio Pagão apresenta em torno de 50 m de largura (CARVALHO, 2013). As famílias que residem nessa Comunidade, aproximadamente 42 famílias, apresentam forte organização social, fruto da ativa participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) durante o final da década de 1970 e início da década de 1980. A alcunha de “Pagão” deve-se a esse período, pois o local foi um dos últimos rios do município a receber o batismo católico. Tal atividade de organização social também contribuiu para que essas famílias se destacassem como lideranças locais e sindicais.

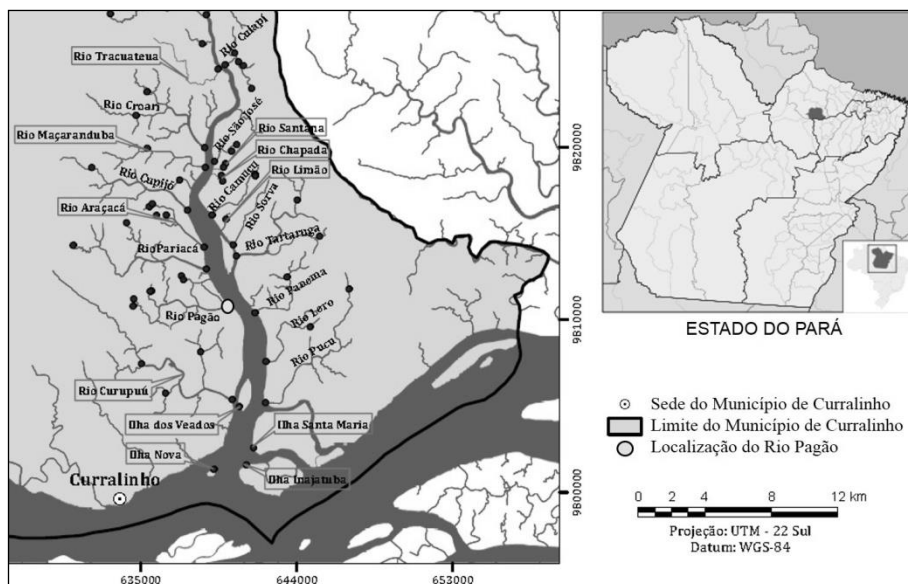


Figura 2 – Mapa de localização do rio Pagão, Currealinho, Pará.

Fonte: Instituto Peabiru (2015).

Tratando-se das décadas de 1970 e 1980, havia forte dinâmica de exploração madeireira baseada na lógica de exaustão do meio florestal na região amazônica, que para Costa (1992) era o modelo que recebia forte incentivo fiscal e que detinha as técnicas ditas modernas para domínio do meio natural. Essa dinâmica envolvia as famílias da região, sendo a atividade madeireira uma alternativa econômica. Esse processo está relacionado com a consolidação de famílias na Comunidade Boa Esperança, lugar onde havia um estabelecimento madeireiro (“Serraria”). Ainda nesse contexto, a extração do palmito de açaí também se apontava como alternativa econômica para as famílias extrativistas que, assim como a exploração madeireira, aprofundava ainda mais o panorama de crise socioambiental na região do Marajó.

A exploração madeireira e do palmito, na época, mostraram-se incompatíveis com a realidade local, pois tinham como lógica a concepção da natureza como recurso abundante e infinito. Logo, nos anos de 1990, essas atividades apresentaram suas limitações ambientais, indicando o seu declínio. Nesse contexto, a Comunidade Boa Esperança foi fortemente assistida por políticas de desenvolvimento de discurso sustentável, inseridas por instituições públicas e não governamentais.

Mediante ao declínio das atividades acima mencionadas, surge como proposta econômica e ambiental viável a exploração do açaí nativo, fruto tradicionalmente consumido pelas famílias locais. A partir de então, verificam-se alterações no uso do meio natural. Passa-se de uma exploração de base predatória para um sistema de produção que possibilita a conservação natural, como dizem Costa (1992) sobre o “ecologismo” na Amazônia e Esterci e Schweickardt (2010) sobre o processo de “ambientalização” das políticas públicas.

A partir da década de 2000, as famílias extrativistas da Comunidade Boa Esperança foram contempladas pela Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA),

iniciando então o processo de regularização fundiária oficial na Comunidade. O II PNRA visa reconhecer os limites tradicionais já estabelecidos pela dinâmica dos moradores locais. De certa forma, observa-se o cumprimento desse discurso institucional. Todavia, mesmo com a presença historicamente estruturada pela relação social local, as famílias da Comunidade Boa Esperança foram reconhecidas em distintos Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs). Assim sendo, os residentes na margem esquerda do rio Pagão foram beneficiados pelo PAE Ilha São João I e os residentes na margem direita foram contemplados pelo PAE Ilha Calheira. Isso revela que na prática essa Política priorizou demarcações geográficas das ilhas locais em detrimento da estruturada relação social comunitária. Além disso, sua precariedade favoreceu apenas famílias residentes do PAE Ilha Calheira, que já receberam o fomento, enquanto as outras ainda aguardam por este direito. Dessa forma, retratam-se limitações que o Estado Nacional apresenta para reconhecer os diferentes modos de vida tradicionais, sendo dificultoso para ele a elaboração de políticas adequadas às diferentes territorialidades.

Um processo de dinâmica territorial recente vem se evidenciando na Comunidade. A concepção de delimitação do espaço físico, influenciada pela política de regularização fundiária e assimilada pelas famílias locais, está promovendo um conflito com a lógica tradicional de uso do território, que está baseada na utilização irrestrita de posse coletiva. Nesse sentido, aponta-se também para a atual valorização econômica do açaí como fator que contribui para outro reordenamento territorial e transformações nas relações entre as famílias e a natureza (SILVA, 2013).

Diante deste atual contexto que envolve a Comunidade Boa Esperança, procurou-se observar a dinâmica local de desenvolvimento rural por meio de uma avaliação multidimensional das famílias que estão envolvidas em Políticas e Projetos de preservação e conservação do meio natural.

4.2. Avaliação multidimensional das famílias diante do atual contexto de políticas de desenvolvimento rural

O envolvimento das famílias da Comunidade com políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável é bastante significativa a partir dos anos 2000, como dito anteriormente. Em termos de ações de desenvolvimento agrícola, destacamos o acesso ao FNO-PRODEX, que incentivou a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) com base no manejo de açaí nativo consorciado com cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) Schum). O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) também promoveu cursos de capacitação tecnológica para o manejo de açaí nativo. Ainda como exemplo importante, destacamos as ações da EMATER local, que, além de desenvolver capacitações voltadas para o manejo de açaí e exploração de palmito de forma sustentável, facilitou também o acesso dessas famílias ao Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, essas ações reforçaram a concepção de SAF's com base na produção de açaí. As ações permitiram caracterizar outro momento na política de desenvolvimento rural mais adequado ao local, como apontam Esterici e Schweickardt (2010).

Analisando o comportamento dos indicadores MESMIS, procurou-se entender de modo geral as características multidimensionais (ambiental, social e técnico-econômico) desses agro ecossistemas familiares, que estão inseridos em contexto de políticas e projetos de desenvolvimento rural. Esse exercício também permitiu compreender um pouco mais sobre a dinâmica atual das famílias

agroextrativistas. Dessa maneira, foi possível refletir a cerca de um desenvolvimento endógeno e sustentável.

4.2.1. Leitura sobre a dimensão ambiental nos agro ecossistemas familiares

Considerando o contexto da mesorregião do Marajó, rica em meios hídricos e biológicos no qual esta pesquisa foi realizada, os resultados alcançados através da perspectiva ambiental confirmam que neste espaço geográfico estão mantidas predominantemente as condições naturais do ecossistema presente. De acordo com o indicador **Manutenção da diversidade natural** se observou que os agro ecossistemas familiares estudados mantêm a vegetação natural do ambiente preservado e conservado em acordo com as características da região.

Neste recorte da porção amazônica, que anteriormente sofreu forte pressão pela exploração do meio natural (por exemplo, madeira e palmito), o desflorestamento atualmente não é um dos principais agravamentos para a preservação e conservação da floresta nativa. Isso é recorrente de ressaltar, já que em outras regiões amazônicas se enfrentam problemas ambientais causados por dinâmicas de desenvolvimento direcionado por políticas agrícolas e agrárias oficiais; como se assiste no sul e sudeste paraense (NOGUEIRA, 2012; SILVA, 2008), onde o ambiente está fragilizado pela ausência da vegetação natural ameaçada pelo uso do fogo e a expansão de pastagens nos agro ecossistemas familiares. E na região do Baixo Tocantins, que de maneira geral demonstra contexto ambiental fortemente impactado pelos projetos de desenvolvimento, a exemplo da Hidrelétrica de Tucuruí, e por ações da agricultura local (COSTA, 2006; RESQUE, 2012).

Os agroextrativistas da Comunidade Boa Esperança indicaram que existe relativa limitação sobre o atual estado da fauna local. O aumento populacional, do uso de técnicas locais (queimadas e varridas – técnica de caça) e uso descontrolado de instrumentos de pesca (malhadeiras) foram indicados como fatores que conduzem à diminuição da caça e pesca, atividades tradicionais na região e que contribuem para alimentação dessas famílias.

Nas regiões das Ilhas na Amazônia assiste-se um contexto de tensionamento por maiores demandas de produtos nativos, principalmente do açaí nativo. Isso está provocando homogeneização da paisagem e práticas de monocultivo, pois as famílias têm investido maior força de trabalho no manejo do açaizal (MAGALHÃES; MARINHO, 2010). O indicador **Manutenção da diversidade produtiva** se orientou no sentido oposto a esta lógica, demonstrando que as intervenções realizadas pelas famílias se baseiam necessariamente nas relações ecológicas existentes em cada agro ecossistema. No entanto, as lógicas familiares apresentam certa especialização no manejo do açaí nativo. Com isso, faz-se importante observar o cenário futuro dessa atividade, que poderá incorrer na diminuição da diversidade da produção familiar agroextrativista.

A lógica agroextrativista de maior inserção no mercado vem alterando de forma sistemática o manejo do açaí (por exemplo, o Agro ecossistema Familiar 14), diferentemente da lógica que mantém forte elemento extrativista, que tem resguardado práticas que retomam ao manejo tradicional⁶ (Agro ecossistema Familiar 04) (Figura 3).

⁶O manejo tradicional é considerado como a atividade de menor intervenção técnica. O manejo tradicional de açaí retoma à simples coleta de açaí, prática característica do extrativismo da região.

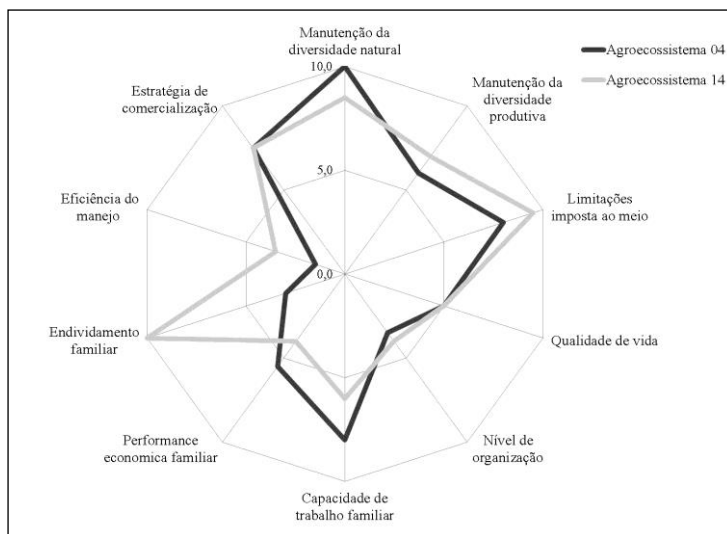


Figura 3 – Desempenho dos Agro ecossistemas familiares 04 e 14.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A diversidade de espécies vegetais peculiares do espaço é mantida e compreendida pelas famílias agroextrativistas como primordial para que a produção se mantenha ao longo do tempo. Esses agroextrativistas perceberam através de experiências próprias que ações de aberturas intensas na floresta com perspectiva de expandir os açaiçais (práticas de monocultivos) trariam complicações ambientais e econômicas, pois as relações ecológicas da floresta amazônica são totalmente interdependentes da diversidade de espécies vegetais e animais que coexistem nesse sistema.

O cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a confecção de farinha é realizado dentro de cultivos intensivos em pequenas áreas por meio da prática de derruba-queima. Com o esgotamento do solo, a procura por outras áreas é uma das alternativas. Quando não, esta atividade agrícola é paralisada. A atividade de cultivo e preparo da farinha de mandioca é tido pelas famílias como “trabalho pesado”, fator que tem levado a interrupção da atividade em alguns agro ecossistemas familiares, principalmente nos casos de escassez de mão de obra familiar. Outro fator que influencia a paralização do cultivo de mandioca, é o acesso aos programas de compensação social que permitem às famílias adquirir farinha no mercado local.

A extração de açaí, cultivo anual de roça de mandioca, pequenas criações de animais “xerimbabos” e o extrativismo da pesca, frutas, lenha, etc. são componentes da diversidade de atividades produtivas desenvolvidas pelos agroextrativistas da Comunidade Boa Esperança em ambas as lógicas familiares.

Analisando o desempenho do indicador **Limitações impostas ao meio** observa-se que as intervenções provocadas pelos agroextrativistas não determinaram fortes impactos ao ambiente, porém indicam possíveis tendências. O uso de insumos químicos não provoca sérios danos ambientais pelo fato do uso ser em pequenas proporções, principalmente quando comparadas a outras regiões do país. Mas, o certo é que insumos químicos industriais estão presentes nos sistemas

produtivos local. Não em forma de potencializar a produção vegetal, e sim como ração para alimentação das pequenas criações e utilizados na piscicultura, em maior proporção. A dinâmica de piscicultura é recente no município e está presente na lógica agroextrativista de maior inserção no mercado.

4.2.2. O estado social das famílias na Comunidade Boa Esperança

A microrregião geográfica do Marajó é conhecida pelo seu atrativo turístico e, por contradição, pelo seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A Comunidade Boa Esperança não ficou de fora da rota desfavorável. As condições de *acesso a serviços públicos de saúde* são deficientes. O sistema de atendimento de saúde utilizado pelas famílias da Comunidade Boa Esperança está localizado na cidade de Curralinho, fato que não é bem visto pelos comunitários, apesar da relativa proximidade com a sede do município. O sistema de saúde na cidade é deficitário, sendo que nos casos mais graves os doentes são direcionados para os hospitais da cidade de Belém ou Breves. No entanto, a análise da *situação da saúde familiar* não se mostrou um fator preocupante. As famílias adoecem algumas vezes durante o ano, mas, segundo as mesmas, são doenças não preocupantes como resfriados e gripes.

Sobre o *acesso à educação* e sua qualidade, a observação de determinados agro ecossistemas familiares demonstrou que a qualidade na educação melhorou, já que, anteriormente, nem escola existia, quanto mais ter transporte para buscar e deixar os alunos em casa - fato comum atualmente. Outras famílias consideraram que, mesmo com escolas disponíveis para seus filhos estudarem, a qualidade do ensino é deficitária, uma vez que os professores são mal qualificados e pouco remunerados.

Fator que desponta negativamente é a *violência social*, que tem começado a fazer parte das preocupações dos moradores da Comunidade. As festas já não são momentos de tranquilidade e lazer. O envolvimento de jovens com álcool e drogas ilícitas tem provocado sérios problemas, principalmente entre grupos que se rivalizam.

A regularização fundiária dessa categoria social é reconhecida como uma conquista de luta histórica por esses atores, sendo um potencial para a **Qualidade de vida** dos agroextrativistas. Ela possibilita uso legal sobre as áreas ocupadas há anos. Por outro lado, trouxe consigo alguns empecilhos para que as famílias tenham acesso a outras políticas públicas, como por exemplo, o PRONAF. Durante o período da pesquisa em campo, a execução da assistência técnica e extensão rural desse público estavam em domínio do INCRA, saindo da responsabilidade da EMATER, que é mais presente na Comunidade. Com isso, houve aumento da burocracia na emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento que certifica a família ao programa, dificultando assim o acesso⁷.

A *participação em organizações* é ponto forte das famílias na comunidade. Ativa ou passivamente esses agroextrativistas fazem parte de organizações formais (sindicato de trabalhadores rurais, colônia de pescadores, associação da Comunidade, igrejas) e informais (práticas esportivas, casas de farinha, bares). Isso não necessariamente significa que por se associarem em organizações todos

⁷ Ainda no final de 2012 uma portaria concedeu novamente permissão para que a EMATER voltasse a atuar nas áreas de PAE. Porém, novamente a EMATER ficou impossibilitada de atuar nesses PAEs, pois, em 2013, houve chamada pública de ATER para o público extrativista do Marajó, sendo contratada uma empresa privada para execução dos serviços.

participam das *decisões coletivas*. Essas acabam ficando a cargo das lideranças locais.

Aspecto que se mostrou relevante foi a informação através dos meios de comunicação digital (televisão e celulares), que contribuem para que o **Nível de organização** se apresentasse com relativa importância. De certa forma, isso tem potencializado o maior acesso às informações. O envolvimento no Sindicato e Associação local conferiu alto desempenho das lógicas de maior inserção no mercado nesse indicador.

Na **Capacidade de trabalho familiar**, de maneira geral, os agro ecossistemas familiares obtiveram desempenho alto. Em certos agro ecossistemas a *contratação de mão de obra* foi identificada para limpeza do açaizal e apanha do fruto de açaí, assim como para serviços de preparo de roça, o que tem demandado a contratação de mão de obra por algumas famílias (Agro ecossistema Familiar 17). As famílias que estão iniciando projeto de piscicultura demandam maior contratação de trabalho para construção dos tanques (Agro ecossistema Familiar 02). Santos, Sieber e Falcon (2014) ressaltam que a gestão da atividade de piscicultura é complexa demais para as famílias, e que em alguns casos não coaduna com a autonomia das mesmas. Há, portanto, limitações na *capacidade de cobrir a demanda interna* de trabalho nos agro ecossistemas que desenvolvem conjuntamente o manejo sistemático de açaí e a piscicultura (Figura 4).

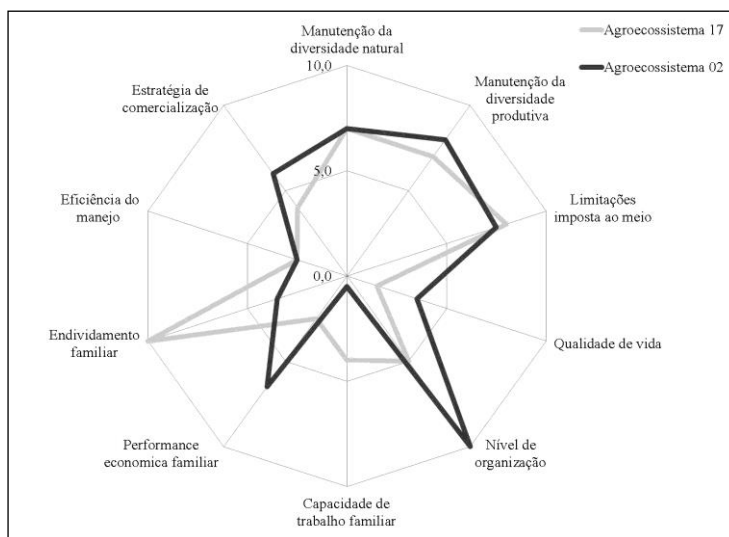


Figura 4 – Aspectos sociais em Agro ecossistemas familiares.

Fonte: Carvalho (2013).

O *trabalho fora do lote* é basicamente no funcionalismo público (agente de saúde, professor, condutor de transporte escolar). Trabalhos de construções de casa e embarcações também foram identificados, sendo considerados como forma de trabalho externo ao agro ecossistema familiar. Ressalta-se que a troca de trabalho é uma atividade peculiar entre os agroextrativistas, principalmente na lógica com forte elemento extrativista. Os agroextrativistas relataram que têm como dias de descanso os sábados e domingos. Todavia, o trabalho é diário, sendo que os dias de descanso não são bem definidos.

4.2.3. A dimensão técnico-econômica nos agro ecossistemas familiares

O **Desempenho da economia familiar** foi marcado pela significativa importância das rendas não agrícolas (Agro ecossistema 09). As rendas oriundas do serviço público e benefícios sociais, como aposentadorias e políticas de compensação social (Bolsa Família e Bolsa Verde), adquiriram relevante ponderação sobre a renda familiar. Foi observado que a produção para o autoconsumo está perdendo sua importância, uma vez que a maior parte dos alimentos é adquirida fora do estabelecimento agrícola familiar. O feijão, arroz e charque são comprados no comércio da cidade de Curralinho ou nos estabelecimentos comerciais da própria comunidade e redondezas. O açaí, o pescado, a caça e a farinha (ora produzidos ora adquiridos através de compra), juntamente com os itens acima, são os alimentos consumidos diariamente pelas famílias.

No estudo, predominaram famílias que possuem algum tipo de dívida contraída. As dívidas locais, crédito consignado e crédito oficial agrícola apresentaram uma participação importante na formação da renda familiar. Esse **Endividamento familiar** refletiu o momento de investimento pelo qual passam principalmente os agro ecossistemas familiares com maior inserção no mercado (Agro ecossistema 07). A compra de alimentos, limpeza do açaí, construção de tanques de piscicultura e construções de casas novas são exemplos de atividades onde estão sendo aplicados os recursos financeiros adquiridos por meio do endividamento da família (Figura 5).

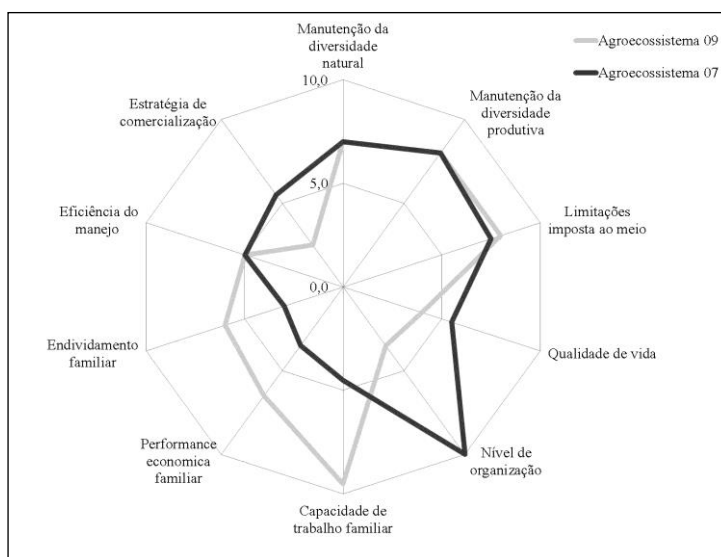


Figura 5 – Desempenho técnico-econômico.

Fonte: Carvalho (2013).

Observando o desempenho da **Eficiência do manejo** nos Agro ecossistemas Familiares, notou-se que as intervenções realizadas para obter

produção de frutos de açaí (manejo sistemático) mostraram que as ações de limpeza do açaizal promovem aumento de *rendimento físico médio*⁸. Onde houve intensas intervenções de limpeza do açaizal, desconsiderando as relações ecológicas do sistema local, se detectou *perda de rendimento físico* desse produto. A intensa insolação causou perdas de rendimento na produção de açaí devido à seca dos frutos maduros. Fato identificado pelos agroextrativistas que procuraram reverter a tempo esse processo, mantendo o sistema, diversificando com as diferentes espécies naturais do local. A proporção da perda observada sobre o rendimento físico médio revelou, de maneira geral, o domínio que os moradores da Boa Esperança possuem sobre as práticas de manejo que desenvolvem.

A *sazonalidade* da produção de açaí (safra: junho a dezembro; e entressafra: janeiro a maio) foi fator encontrado como determinante no preço do produto. Isso exigiu que diferentes **Estratégias de comercialização** fossem adotadas. A possibilidade de utilizar o período de entressafra do açaí para comercialização do produto seria estratégia importante para alcançar melhores preços, tendo em vista que a oferta do produto é menor. O que se verificou durante a abordagem foi que essa prática é esporádica, realizada pelas famílias que intensificam o trabalho de manejo do açaizal e, assim, aumentam o período de produção para meses iniciais da entressafra.

De maneira geral, a Comunidade demonstrou aspecto favorável de *associativismo*, utilizando essa estrutura para comercializar a produção de açaí e negociar melhores preços com os atravessadores de outros municípios. Essa estratégia é maior nas lógicas com maior inserção no mercado. Também, diversos *canais de comercialização* foram identificados. Além da venda através da associação da Comunidade, os produtos são vendidos para atravessadores locais e de outras comunidades aos redores, vendida no porto da casa e, raras vezes, na cidade de Curralinho. Segundo as famílias não é seguro vender por esse canal por não se ter certeza de quando a oferta será grande ou pequena no porto da cidade, condição que determina se o preço do produto será bom ou ruim para as famílias. Isso demonstrou certo conhecimento de mercado por parte dos agroextrativistas.

A avaliação da sustentabilidade multidimensional nos Agro ecossistemas Familiares na Comunidade Boa Esperança ajuda-nos a refletir sobre o envolvimento de famílias e instituições que promovem o Desenvolvimento Rural Sustentável na região do Marajó. Nota-se que existe o esforço por parte dessas instituições em inserir os agroextrativistas ao mercado formal como forma de superar o estado de pobreza que permeia as famílias agroextrativistas. Além disso, essas instituições, Governamentais e ONGs, fortalecem a ideia de consolidação de sistemas de produção de base técnica, entendendo que a prática do extrativismo encontra-se em crise, e não possibilita a superação da difícil situação socioeconômica.

Fato que também merece um pouco mais de reflexão é a proposta que essas instituições têm em intensificar a produção em apenas um produto. Afirma-se que a especialização no manejo do açaí poderá trazer complicações para as formas familiares agroextrativistas, pois desconsidera as formas diversificadas que as famílias amazônicas comportam.

4.3. O avanço da especialização nos açaizais nativos e a autonomia extrativista

Parte-se da seguinte ideia: as lógicas familiares na Amazônia estão alicerçadas em sistemas de produção diversificados, integrados entre si e cada vez

⁸Importante frisar que o ganho desse rendimento está relacionado também com o ambiente e tamanho dos agro ecossistemas familiares e suas lógicas produtivas.

mais aperfeiçoados para o enfrentamento a contextos socioeconômicos e ambientais instáveis (SILVA, 2008). Além disso, seguindo o estudo teórico de Wanderley (1996), uma característica fundamental nas lógicas familiares é a capacidade de se adaptar a contextos socioeconômicos diferenciados, podendo, de acordo com cada contexto, acontecer transformações no modo de produzir e de viver dessas famílias. Esses são referenciais interessantes para analisar o envolvimento entre famílias amazônicas e ações de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As ações de instituições de Desenvolvimento Rural Sustentável, baseadas em concepções modernas de gestão sustentável do meio natural - racional-produtivista (EHLERS, 1999; GONÇALVES, 2011), têm favorecida uma concepção sobre uso do espaço que toma como fator relevante a finalidade de explorar racionalmente o fruto do açaí, produto florestal não madeireiro que tem promovido o desenvolvimento econômico das famílias agroextrativista na Amazônia.

O envolvimento de lógicas familiares e intervenções de desenvolvimento exigem conformidade entre as partes, para que as transformações geradas sejam construídas com base em capacidades endógenas. Para tal, Silva (2014) diz ser necessária uma simetria entre o conhecimento científico e o experiencial das famílias para melhorias na qualidade de vida no meio rural. Para tanto seriam necessários diálogo e cooperação para se encontrar rumos favoráveis na construção de conhecimentos. Todavia, as dificuldades são tamanhas para atingir essa equidade, pois a tradição cultural, a linguagem e a comunicação são diferentes umas das outras.

Diante do envolvimento dessas famílias nas ações de Desenvolvimento Rural, configura-se um arranjo territorial com base na valorização econômica do fruto de açaí. Isso tenciona para que esse vegetal se apresente de maneira homogênea na paisagem de agro ecossistemas familiares. Dessa forma, observa-se então um processo controverso dentro das estruturas familiares dessa região da Amazônia. Controverso por considerar que a dinâmica das famílias agroextrativistas do Marajó está sobre a diversidade – extrativismo de camarão, peixe, caças, açaí, bacaba, farinha, por exemplo – porém, atualmente existe tendência à especialização por conta de um produto que se destaca economicamente. Nesse sentido, indica-se que a autonomia das famílias tem apresentado alterações em relação a sua forma anterior – ou seja, anteriormente mais inserida no extrativismo e atualmente consolidando-se em sistemas produtivos baseados no manejo de açaí nativo. Isso, porém, seria uma estratégia momentânea encontrada pelas lógicas familiares de produção para superar instabilidades socioeconômicas, como argumenta Wanderley (1996).

O mercado consumidor regional, todavia, aumenta cada vez mais sua demanda na medida em que há crescimento populacional nos centros urbanos amazônicos. Assim, a tendência pela especialização no sistema produtivo baseado no manejo do açaí nativo deve-se em parte a esta forte aceitação mercantil que esse fruto vem recebendo nas últimas décadas. Além de sua origem florestal não madeireira, revestido de marketing de produto natural e praticado por famílias tradicionais da Amazônia, possui melhor aceitação no mercado nacional e internacional em relação aos anos anteriores.

O avanço da especialização produtiva na cultura do açaí, portanto, é um aspecto que demonstra que a autonomia dessas famílias está em momento de conflito perante sua forma diversificada e mais dependente do meio natural. Ao mesmo tempo em que a especialização no fruto de açaí permite garantir o consumo e venda - formando renda para superação de contextos socioeconômicos

desfavoráveis, as famílias poderão estar em crise com sua forma peculiar, a diversificada no extrativismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Familiar tradicional amazônica é significativa para se refletir sobre o desenvolvimento futuro da região, principalmente pela lógica inerente nesses comportamentos sociais que envolvem conhecimentos ancestrais de uso do meio natural.

Atualmente as lógicas familiares regionais tradicionais têm convivido com ações de instituições que buscam promover o desenvolvimento mais harmonioso com a natureza, contrariando a exploração devastadora de outrora. Com isso, alguns avanços são observados também no discurso governamental, particularmente ao que compete no reconhecimento de direitos sociais. Todavia, mesmo com esses avanços, o que se apresenta como alternativa ainda está baseado no pensamento científico racional de exploração econômica do meio natural.

Um ponto interessante de se ressaltar é a maneira como as famílias se apropriam das informações técnicas e científicas para modelar seus sistemas produtivos. Há um forte processo de coprodução (PLOEG, 2008) que faz com que a agricultura local não se artificialize, pelo contrário. Estão se confeccionando estratégias de desenvolvimento endógenas típicas dessa região da Amazônia através da configuração entre elementos técnicos e autóctones, que permitem uma sustentabilidade local desejável pelas famílias.

A relação das famílias agroextrativistas amazônicas com instituições e políticas que promovem o Desenvolvimento Rural Sustentável revela a superação sobre a lógica devastadora do meio natural, ao mesmo tempo em que prioriza o investimento na exploração econômica dos produtos florestais não madeireiros. Dessa maneira, nota-se a intensificação em atividades rentáveis que direciona os agroextrativistas à especialização na produção, neste caso analisado, de açaí, fruto que apresenta crescente mercado consumidor. Portanto, a razão técnica produtiva predomina na prática das ações institucionais que promovem o desenvolvimento regional. Além disso, a especialização produtiva é aspecto que demonstra que a autonomia dessas famílias passa por momento de conflito com sua forma diversificada e mais dependente do meio natural.

Um aprofundamento sobre estes aspectos considerados seria relevante em pesquisas futuras.

6. REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. P. **Adaptações de agroecossistemas familiares às mudanças no contexto socioeconômico e ambiental no município de Curalinho, Marajó, Pará.** 2013. 110f. Dissertação (mestrado) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém, 2013.

CARVALHO, J. P.; SILVA, L. M. Lógicas agroextrativistas em contextos de mudanças socioeconômicas no arquipélago do Marajó (Pará), Amazônia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2015.

CARVALHO, J. P.; SILVA, L. M. Adaptação da ferramenta MESMIS a um contexto agroextrativista amazônico. **Cadernos de Agroecologia**. V. 8, n. 2, p. 6, 2013.

COSTA, F. A. **Formação rural extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 – 1970). Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, 2012. p. 154.

COSTA, F. A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: Ed. da UFPA, 1992. p. 81.

COSTA, G. S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém. UFPA/NAEA, 2006. p. 381.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma, 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. p. 19-86.

ESTERCI, N.; SCHWEICKARDT, K. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. In: **Boletim de Ciências Humanas**. Populações, territorialidades e Estado na Amazônia, v. 5, n. 1, p. 59–78, 2010.

GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente** / Carlos Walter Porto Gonçalves, 15. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. (Temas atuais). p. 148.

INSTITUTO PEABIRÚ. Mapa de localização dos rios, braços, furos e ilhas do rio Canaticú, município de Curalinho, Pará. Sistema de Informações Georreferenciadas Marajó Viva Pesca. Disponível em: <http://peabiru.org.br/sigmarajovivapesca/>. Acesso em 19 de outubro de 2015.

MAGALHÃES, V. N.; MARINHO, J. A. M. Campesinato Ribeirinho e o Extrativismo do Açaí em São Sebastião da Boa Vista, Ilha do Marajó-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 14, 2010, Porto Alegre - RS. **Anais...** Porto Alegre – RS. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Julho/2010.

MASERA, O. et al. El proyecto de evaluación de sustentabilidad MESMIS. In: ASTIER, Marta; MASERA, Omar; GALVÁN-MIYOSHI, Yankuic. **Evaluación de sustentabilidad**. Um enfoque dinámico y multidimensional. SEAE,/ SIGA/ ECOSR/ CIEco/ UNAM/ GIRA/ Mundiprensa/ Fundación Instituto de Agricultura Ecológica y Sustentable, España, 2008. P. 13-23.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agric. São Paulo**, v. 51, n. 2, p. 37-56, 2004.

NOGUEIRA, A. C. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Diversificação produtiva em agroecossistemas familiares nos municípios de Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia, Pará**. 2012. 132f.: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2012.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 372.

RESQUE, A. G. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Processos de modificação e a sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea do município de Cametá - PA**. 2012. 126f.: Dissertação (Mestrado) - Universidade

Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2012.

SANTOS, I. A.; SIEBER, S. S.; FALCON, D. R. Piscicultura de base familiar como estratégia para o desenvolvimento rural: experiências no estado de Pernambuco. **Extensão Rural**, v. 21, n. 1, p. 9–26, 2014.

SILVA, A. W. Identificando e superando dificuldades na relação cognitiva entre técnico e produtor rural: uma abordagem baseada na “Biologia do Conhecer”. **Extensão Rural**, v. 20, n. 1, p. 37–55, 2014.

SILVA, E. G. **Territorialidades específicas e mudanças fundiárias**: o processo de territorialização dos Monteiros do rio Preto, município de Afuá, Pará. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2013.

SILVA, L. M. **Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará**. 2008. 203p. Tese (Doutorado) – Universidade de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Pelotas – RS, 2008.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. GT. 17. Processos Sociais Agrários. **Anais...** Caxambu, MG. Outubro, 1996. P. 21.